1. AUTÓGRAFO Nº 0038-2011

2. AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0006-2011

1. Aatoria do Projeto: Sr. Prefeito Municipal EDINEY TAVEIRA QUEIRÓZ

Dispõe sobre a regulamentação do art. 239 da Lei Complementar nº. 057/2005 – Código Tributário do Município, referente à remissão de créditos tributários, conforme especifica

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

A P R O V A:

CAPÍTULO I – DA REMISSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

1. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder a remissão total ou parcial de créditos tributários, atendendo:

- I. à situação econômica do sujeito passivo;
- II. à diminuta importância do crédito tributário;
- III. a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso.

1. A concessão da remissão de que trata esta Lei Complementar se dará através de despacho fundamentado do Chefe do Poder Executivo:

- I. após manifestação do Departamento de Administração e Finanças;
- II. análise jurídica do Departamento de Assuntos Jurídicos;
- III. e quando for o caso, estudo social do Departamento de Assistência Social.

2. A remissão de que trata a cabeça deste artigo é extensiva aos acréscimos moratórios incidentes sobre os tributos em atraso.

3. O despacho referido no § 2º deste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no art. 222 da Lei Complementar nº 057, de 22 de dezembro de 2005, Código Tributário do Município.

4. Os requisitos relacionados na cabeça deste artigo poderão ser aplicados isolada ou cumulativamente, analisado-se sempre as peculiaridades de cada caso concreto.

5. O benefício fiscal previsto nesta Lei Complementar não será concedido de ofício, dependendo da solicitação do sujeito passivo (interessado).

CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES

2. Para fins desta Lei Complementar e da sua adequada aplicação, são adotadas as seguintes definições:

- I. crédito tributário: decorre da obrigação tributária e tem a mesma natureza desta, surge com o lançamento, que confere à relação tributária liquidez e

certeza;

II. dívida ativa tributária: a proveniente de impostos, taxas, contribuições de melhoria e multas tributárias de qualquer natureza, correção monetária e juros de mora, regularmente inscritos na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela legislação tributária ou por decisão final proferida em processo regular;

III. remissão: sinônimo de perdão, significa ato de remitir ou perdoar uma dívida;

IV. sujeito ativo da obrigação tributária: a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento;

V. sujeito passivo da obrigação tributária: pessoa natural ou jurídica que tem o dever de cumprir a obrigação principal (dar, pagar) e/ou acessória (fazer, não-fazer, tolerar), podendo ser:

a. o contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

b. o responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei;

VI. sujeito passivo da obrigação tributária acessória: é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto, ou seja, cumpre as obrigações impostas pela legislação tributária no interesse da arrecadação ou da fiscalização de tributos;

VII. família (grupo familiar): unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou afinidade, que formem um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros.

CAPÍTULO III – DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA CONCESSÃO DA REMISSÃO

3. Caracteriza a situação econômica do sujeito passivo, para fins de concessão da remissão, prevista no inciso I do art. 1º desta Lei Complementar, aquela em que a renda do grupo familiar do contribuinte ou responsável pelo débito não seja superior a 3 (três) salários mínimos.

Parágrafo único. A remissão nesse caso será concedida mediante estudo social fundamentado elaborado pelo Departamento de Assistência Social, expondo a situação em que se encontra o requerente no ato da solicitação, levando-se em consideração as seguintes condições:

I. estado de saúde do requerente ou de membros da família;

II. situação financeira decorrente de desemprego, ou qualquer outro fato de força maior;

III. viúva ou aposentado sem condições de manutenção própria ou de familiares dependentes.

4. Considera-se de diminuta importância o crédito tributário cuja somatória total não ultrapasse o valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

Parágrafo único. O valor de que trata a cabeça deste artigo:

I. se refere ao montante estimado pela Fazenda Municipal equivalente aos respectivos custos de cobrança;

II. será corrigido, anualmente, pelo índice adotado na Lei Complementar nº 057, de 22 de dezembro de 2005, Código Tributário do Município.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a atualizar, mediante Decreto, o valor de que trata a cabeça deste artigo, quando houver alteração

significativa nos custos de cobrança, após manifestação fundamentada da Fazenda Municipal.

5. Para efeito da remissão de créditos decorrentes do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), respeitados os critérios dispostos nos incisos I a III do art. 1º desta Lei Complementar, deverão ser observadas, ainda, as seguintes condições:

I. o contribuinte deve ser proprietário de um único imóvel em Paraguaçu Paulista;

II. o contribuinte deve residir no imóvel;

III. o débito deve ser decorrente de imóvel identificado no Cadastro Fiscal Imobiliário como construído e de categoria residencial.

1. As condições a que se refere os incisos I a III deste artigo, deverão estar configuradas no ato da protocolização do pedido de remissão.

2. A comprovação das condições descritas nos incisos I e II deste artigo será feita mediante a juntada de cópias autenticadas dos seguintes documentos:

I. escritura pública do imóvel ou contrato de compra e venda registrado em Cartório ou, ainda, contrato de financiamento de imóvel residencial, este, também, devidamente registrado em Cartório de Registro de Imóveis;

II. comprovante de residência em nome do contribuinte beneficiário;

III. folha do carnê de IPTU referente aos exercícios em débitos em que conste os dados cadastrais do requerente e do imóvel.

3. Nos casos de imóveis com construção irregular, que esteja identificado no Cadastro Fiscal Imobiliário como terreno vago, somente será analisado o mérito do pedido de remissão se o requerente comprovar a exigência do inciso III da cabeça deste artigo, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - planta aprovada ou croqui, constando a área total construída do imóvel;

II - conta de água ou luz, ou outro documento que comprove a data em que se deu o início das suas respectivas instalações.

6. Os requisitos previstos relativos ao previsto no inciso III do art. 1º desta Lei Complementar, será analisado de acordo com as peculiaridades de cada caso, mas sempre levará em conta a situação financeira e/ou de saúde do contribuinte.

Parágrafo único. A análise de que trata a cabeça deste artigo será procedida pelo Departamento de Administração e Finanças e deverá:

I. ser documentada em expediente administrativo;

II. inclusive, quando for o caso, mediante termo de vistoria e verificação fiscal, conforme procedimentos estabelecidos nos arts. 301 a 328 da Lei Complementar nº 057, de 22 de dezembro de 2005, Código Tributário do Município.

CAPITULO IV – DO REQUERIMENTO

7. O interessado que atender as condições especificadas nesta Lei Complementar deverá:

I. protocolizar requerimento específico, indicando o débito que deseja ter perdoado;

II. comprovar a condição de sujeito passivo do tributo (caso o nome do requerente não conste do Cadastro da Prefeitura Municipal);

III. comprovar qualificação do requerente:

a. Pessoa Física, anexar cópia simples:

1. do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

2. e da Carteira de Identidade (RG);
b. Pessoa Jurídica, anexar cópias simples:
1. do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
2. dos atos constitutivos da empresa;
3. e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e da Carteira de Identidade (RG) do representante legal da empresa.

1. Em se tratando de requerimento formulado por terceira pessoa, apresentar prova de legitimidade para representar o sujeito passivo:

I. Procuração (original ou cópia autêntica) com poderes específicos para requerer junto à administração municipal;

II. cópias simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e da Carteira de Identidade (RG) do outorgante.

2. Havendo divergência entre a assinatura aposta no requerimento ou na procuração e àquela constante do RG anexado, deverá obrigatoriamente ser juntada cópia simples de documento oficial que contenha assinatura semelhante ao que consta da procuração.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8. No caso de débitos ajuizados, a remissão de que trata esta Lei Complementar não abrange eventuais custas judiciais e honorários advocatícios.

9. Ficam excluídos da remissão de que trata esta Lei Complementar os créditos constituídos em razão das autuações de infrações de trânsito, os decorrentes de acordos amigáveis ou judiciais firmados até a publicação desta Lei Complementar, bem como os decorrentes de decisão judicial com trânsito em julgado.

1. Não serão restituídas, no todo ou em parte, quaisquer importâncias já recolhidas aos cofres públicos ou depositadas em juízo.

2. A implementação desta Lei Complementar deverá observar o disposto:

I. na Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e suas alterações;

II. na Lei Complementar nº 057, de 22 de dezembro de 2005, Código Tributário Municipal, e suas alterações;

III. e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e suas alterações.

3. No caso de prestação de informações falsas ou omissão de informações essenciais, que resultem em benefício indevido, o crédito tributário será cobrado com imposição de multa e juros, conforme o disposto:

I. na Lei Complementar nº 057, de 22 de dezembro de 2005, Código Tributário Municipal;

II. na Lei Lei Federal nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo;

III. e demais cominações legais, independentemente da responsabilidade civil ou criminal.

4. O Poder Executivo expedirá, mediante decreto, a regulamentação que se fizer necessária à perfeita execução desta Lei Complementar, observados os princípios nela consignados.

5. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento, suplementadas se necessário.

6. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 19 de julho de 2011.

FERNANDO RODRIGO GARMS
Presidente da Câmara

JOÃO RIO ZAMPRONIO VILLARINO
Vice-Presidente

PAULO ROBERTO PEREIRA
2º Secretário, ocupando interinamente
as funções de 1º Secretário

REGISTRADO na Secretaria em livro próprio na data supra e **PUBLICADO** por Edital afixado em lugar público de costume.

SILVANA MACHADO DA SILVA SPAVIER
Secretária Geral